

Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego

Lia Tiriba*

É um desafio ser a última a falar num seminário, não só porque está todo mundo cansado, mas também porque pode ser que minha fala já não faça mais sentido. Em primeiro lugar, quero agradecer o convite da Unitrabalho (Regional de Minas Gerais) e, também, dizer o quanto é importante a promoção desse tipo de encontro – em especial, para nós que estamos na universidade pública investigando sobre estas temáticas. (Re)encontrar pessoas que, de fato, estão fazendo na prática cotidiana um cooperativismo cujo horizonte é a autogestão, nos ajuda a dar mais vida à produção acadêmica e também, mais sentido à nossa própria existência como pesquisadores e como pessoas.

Para o III Seminário Internacional Universidade Trabalho e Trabalhadores, havia preparado um texto que denominei “Trabalho, educação e autogestão – desafios frente à crise do emprego”. Mas, desde ontem, depois de ter escutado, do plenário, o relato de tantas experiências, o texto que escrevi já está todo rabiscado, cheio de críticas, idéias, e divagações. De qualquer maneira, vou tentar seguir o que foi escrito, tecendo alguns comentários sobre o que pude apreender neste encontro que versou sobre “Transformações, problemas e perspectivas no mundo do trabalho: autonomia e autogestão”.

Trabalho, educação e tecnologia

Gostaria de iniciar, remetendo-me a uma pesquisa-ação na qual, há exatamente dez anos atrás, talvez uma maneira ingênua, tentávamos analisar o processo autogestionário vivido, nos primeiros anos da década de 1990, pelos trabalhadores da Remington – uma antiga indústria de máquinas de escrever. Alguns resultados desta investigação foram registrados num artigo que se chama “Autogestão, disciplina no trabalho e o direito à preguiça”, em que, inspirada em Gramsci, perguntava se era possível uma nova disciplina

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense-UFF. Doutora em Sociologia Econômica e do Trabalho pela Universidade Complutense de Madrid/Espanha. Autora do livro *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada* (Unijui, 2001) e de vários artigos sobre mundo do trabalho e formação humana. (tiriba@msm.com.br)

no trabalho, uma disciplina não imposta, mas uma disciplina voluntária, na qual os trabalhadores conseguissem conciliar prazer e trabalho e, ao mesmo tempo, manter uma “produtividade” tal que pudesse fazer com que o empreendimento conseguisse se manter no mercado. Nesta pesquisa, fonte inspiradora de minha fala, já se apresentavam algumas das inquietações que ainda hoje me perseguem: *o que acontece quando nós, os trabalhadores, nos tornamos – no interior mesmo do modo de produção capitalista – os proprietários dos meios de produção? Remetendo-me à escola do Sindicato dos Metalúrgicos/RJ, também me perguntava: o que acontece quando no sindicato, são os próprios trabalhadores aqueles que fazem e pensam a educação? Em síntese: quando os trabalhadores se tornam os proprietários dos meios de produção, como concebem, como fazem o cotidiano de trabalho? Como se educam? Em que medida é possível mudar o sentido do trabalho e, mesmo, o sentido da vida? Em que medida é possível driblar a lógica excludente do mercado capitalista? Em que medida os processos educativos que se dão no interior das cooperativas (e no interior de todas as demais organizações em que os trabalhadores são os proprietários dos meios de produção), reproduzem a lógica da fábrica, reproduzem o que, na educação, chamamos de a “pedagogia da fábrica”?*

Hoje, penso que se a perspectiva não é “competir no mercado”(lógica capitalista), é preciso tentar competir politicamente, construindo as bases para a constituição de uma nova cultura do trabalho. Mas, para não ficar apenas divagando, é importante que pensar a utopia da autogestão considerando as condições objetivas e subjetivas das transformações do mundo do trabalho, nos dias atuais, em tempos de neoliberalismo. Particularmente, prefiro não adjetivar um empreendimento de “autogestionário”. Talvez fosse um pouco mais humilde de nossa parte dizer que nestes processos produtivos os trabalhadores se inspiram nos princípios da autogestão para poder repensar a organização do trabalho. Penso que chamar, de antemão, esses processos de autogestionários é reduzir o significado da autogestão a um processo que é vivido apenas entre as quatro paredes de um estabelecimento. Como vimos em outras mesas deste seminário, a autogestão diz respeito aos processos mais amplos da vida.

Também pudemos apreender (com dois Es) que , na verdade, embora falemos muito no “mundo do trabalho”, não existe apenas *um* mundo do trabalho, mas *muitos mundos do trabalho*. Para pensar as condições objetivas e subjetivas onde se constrói a

autogestão é importante lembrar que, no Brasil, os trabalhadores urbanos têm em média três anos e meio de escolaridade. (Mesmo assim dizem que nós agora vivemos na sociedade do conhecimento!!!). E o “curioso” é que não apenas na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e em tantas outras experiências históricas, mas na Remington e *também* na Usina de Catende/Pernambuco (e nas demais experiências apresentadas, ontem e hoje, neste seminário), a questão da educação dos trabalhadores, a questão do conhecimento vêm se tornando um dos “calcanhares de Aquiles” dos empreendimentos associativos. Isto porque embora os trabalhadores se apropriam dos meios de produção, tiveram pouco tempo de escolaridade e/ou frequentam uma escola que não é de qualidade para os trabalhadores. Em outras palavras, *os trabalhadores associados têm a propriedade dos meios de produção, mas não têm os segredos da gestão; não têm a ciência que, a vida inteira, o sistema capitalista negou aos trabalhadores.* Neste aspecto, é importante registrar a falta que faz a escola para os trabalhadores. Não uma escola qualquer, mas uma escola de qualidade *para* os trabalhadores (e não para o capital).

De alguma maneira, este seminário também nos deixou evidente que, embora falemos nos avanços tecnológicos do pós-fordismo e no quanto esse novo “mundo do trabalho” vem criando novas subjetividades, a grande maioria da população planetária não dispõe de Internet, nunca entrou num avião a jato. As imagens que aqui foram projetadas são de processos de trabalho bastante artesanais, no entanto vale ressaltar que, pelo fato de serem artesanais não significa necessariamente que estejamos falando de uma tecnologia “rudimentar”. É verdade que a COOPERAÇÃO, a COOPERMINAS e a imensa maioria das cooperativas não conseguem alcançar um determinado patamar tecnológico que seja considerado “avançado” (e por isso se diz que ela não consegue “competir no mercado”). No entanto, acredito ser preciso questionar se, de fato, podemos afirmar que a tecnologia desses empreendimentos econômicos seja uma “tecnologia rudimentar”. No meu entender, o que deve ser chamado de “rudimentar” é aquele tipo de tecnologia que torna o homem *rude*. Ao contrário do que ocorre nos processos de produção capitalista que operam com as chamadas “alta tecnologia” ou “tecnologia de ponta”, vem sendo significativo o trabalho associativo desenvolvido com “tecnologia artesanal”, “tecnologia simples” e/ou com qualquer adjetivo que sintetize a idéia de “tecnologias não duras”, uma vez que em maior ou menor grau, contribuem para que os trabalhadores possam encontrar um outro sentido

para o seu trabalho. Como falou um trabalhador da COOPARJ, estando o processo de trabalho nas mãos dos trabalhadores, “agora, a máquina começa a funcionar melhor”. (Na verdade, a grande questão que se coloca é como não sucumbir no mercado !!!).

Precarização do trabalho, cooperativismo e produção associada

Sem dúvida, o desemprego é um graves males que atinge a humanidade. Neste seminário, na apresentação da Cooperativa Catende, ficou nítido o desespero dos trabalhadores que perderam o trabalho assalariado. Na atual fase do desenvolvimento do capitalismo, o desemprego não é apenas um indício de épocas de recessão, retração econômica, crise ou instabilidade política. Sendo estrutural, o desemprego é uma das condições para a materialização do modelo de acumulação capitalista, calcado no tripé das políticas neoliberais, ou seja, na globalização da economia, na reestruturação produtiva e na flexibilização das relações entre capital e trabalho. Hoje, já não podemos dizer, como até pouco tempo dizíamos, que interessa ao sistema capitalista um gigantesco exército de desempregados, como fonte de pressão sobre os trabalhadores integrados. Na verdade, nós vivemos um modelo de acumulação que torna supérflua a força de assalariada de trabalho, e no qual, os próprios desempregados tornam-se produtivos para o capital.

A flexibilização das relações entre capital e trabalho nos leva ao sub emprego, ao trabalho temporário, trabalho terceirizado que, de fato, são formas precárias de trabalho. Mas, penso que é preciso pontuar que, no capitalismo, o trabalho assalariado (mesmo com a garantia de todos os direitos sociais) é trabalho-mercadoria, é trabalho alienado... e portanto, trabalho precário, vida precária !!!!!!! Ou seja, o trabalho precário não é simplesmente o trabalho temporário, com sub-contrato. O trabalho assalariado é em si trabalho precário a partir do momento em que ele se torna uma mercadoria.

Na verdade, a desestruturação do mercado capitalista de trabalho tem dado lugar à novas formas de exploração da força de trabalho. Mas, então quais seriam as saídas? Lutar pela sociedade do pleno emprego (situação nunca vivida nos países do chamado terceiro mundo) ? Lutar pela diminuição da jornada de trabalho para que todos usufruam do direito de ser explorados? Lutar por um “lugar ao sol” no “mercado de trabalho”?

A reivindicação dos sindicatos é a reivindicação do emprego; para garantir as condições de sobrevivência, o trabalhador luta para se tornar uma mercadoria; ou então luta pela diminuição da jornada de trabalho. Afinal, o trabalho deve ser concebido como uma mercadoria que se coloca à venda no mercado? O trabalhadores devem lutar para se tornar uma mercadoria? Não creio que seja este o horizonte!!! É fundamental não esquecer o que significou (e o que tem significado) a constituição de relações de produção calcadas no trabalho assalariado, ou seja, no emprego (expressão do trabalho alienado). Assim, não creio que a luta pela garantia do emprego seja nosso horizonte de luta. É preciso diferenciar “trabalho” e “emprego” (que significa nada mais de “trabalho assalariado”. Para mim, “trabalho assalariado” e “autogestão” são duas categorias contraditórias que não combinam.

Como já foi falado aqui, nosso horizonte é o fim do capitalismo, é a luta pela construção de uma sociedade socialista de novo tipo. No entanto, do ponto de vista imediato, a principal luta dos trabalhadores tem sido a luta pela sobrevivência, a luta pela reprodução da vida, mas não necessariamente a luta pelo emprego.

Ontem, Eleonora..... nos falou sobre os trabalhadores do Ceridó (Rio Grande do Norte): para eles, um dos grandes projetos é projeto para conseguir água, é para conseguir com que o filho possa ir à escola. Tanto no âmbito da luta pela sobrevivência imediata como no âmbito da luta pela transformação da sociedade, penso ser preciso apostar no associativismo, seja na forma de grupos de produções, cooperativismo ou qualquer outro estilo em que os trabalhadores contraem laços de associatividade na vida e no trabalho.

Em um momento em que está na moda falar de cooperativismo, precisamos pontuar que não estamos falando de um cooperativismo que, vindo ao encontro da racionalização produtiva e da flexibilização das relações entre capital e trabalho, tem se tornado um negócio da China para os empresários. É preciso não cair na armadilha do cooperativismo, pois podemos estar colaborando com o modelo neoliberal de acumulação capitalista. Além disso, tenho insistido que, sendo variados os projetos de sociedade que hoje estão em disputa, precisamos analisar quem são os *atores* (aqueles que cotidianamente pegam pesado no trabalho) e quem são os *agentes* (universidades, igrejas, organizações não governamentais, o Banco Mundial também e tantos outros) que, de fora, estimulam o

cooperativismo). Penso que financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador ou pelo Banco do Brasil, o desafio é que não perder os rumos, os horizontes de nossas lutas.

Além de separar o joio do trigo, penso que não podemos falar do cooperativismo (mesmo o cooperativismo popular) como se ele fosse o horizonte final das nossas lutas. Acredito que o horizonte de nossas lutas é a *produção associada*, na perspectiva de uma sociedade dos produtores livres associados. A produção associada como uma forma de organização dos trabalhadores que não diz respeito a vinte trabalhadores que olham para sim mesmos, para seu próprio umbigo, mas têm a sociedade dos produtores livres como horizonte.

Trabalho, autogestão e pedagogia da produção associada

Embora o tempo não me permita o aprofundamento, gostaria de retomar a minha fala inicial, concluindo com uma reflexão sobre formação de trabalhadores. Creio que frente à crise estrutural do emprego e o aumento da pobreza, os trabalhadores se vêem hoje diante de três diferentes perspectivas de educação. A primeira, que está sendo muito divulgada pelo discurso oficial, chama-se “educação para a empregabilidade”, ou seja, a educação para que o trabalhador consiga transformar sua força de trabalho em mercadoria. Embora se constate que a crise do emprego é estrutural, a proposta de “educação para a empregabilidade” está aí, a todo vapor, representando e reproduzindo o discurso do capital. A segunda, a qual eu estou chamando de “educação para a gestão do próprio negócio” ou “educação para o empreendedorismo), tem como perspectiva que os trabalhadores tornem-se pequenos empreendedores, pequenos empresários. Penso que nem a primeira nem a segunda são perspectivas de educação que nos interessam. O terceiro tipo de educação é o que eu estou denominando “pedagogia da produção associada”, a qual, acredito ser o tipo de educação que nos encaminha para o exercício e para o horizonte da autogestão.

O fato dos trabalhadores se tornarem proprietários dos meios de produção não garante uma cultura do trabalho e uma economia alternativa ao capital. As cooperativas populares, as associações de trabalho, os grupos de produção não são uma “solução”, mas uma forma de driblar o desemprego e, ao mesmo tempo, um instrumento para organização dos setores populares. Como processo educativo, desde hoje, o exercício da autogestão nestes empreendimentos é uma das condições para o longo processo de desalienação do

trabalho. Isto porque uma profunda revolução não se realiza apenas com a tomada ou com a conquista do poder do Estado e com a passagem dos meios de produção para as mãos dos trabalhadores, mas fundamentalmente, com uma mudança radical do sentido do trabalho, do sentido da própria vida em sociedade. Acredito que o cooperativismo, ou melhor, o cooperativismo “autogestionário” pode se constituir no embrião da produção associada, unidade básica da sociedade dos produtores livres associados. Daí a idéia de uma “pedagogia da produção associada”,

Obrigada.